

V - PRODUÇÃO

19) Produziu algum trabalho na área de História ou de Ciências Sociais?

a ( ) sim b ( ) não

Qual(is)?

8 ( ) apostilas de apoio d ( ) artigos

9 ( ) textos de pesquisas e ( ) comunicações em congressos, simpósios

ou encontros

10 ( ) livros f ( ) outros

11 ( ) artigos em revistas, jornais, etc.

12 ( ) livros de referência (a, b, c, etc.)

13 ( ) outros

14 ( ) outros

VI - SOBRE A REVISTA ARRABALDES

15) Já conhecia a revista Arrabaldes?

a ( ) sim b ( ) não

16) Caso você a conheça, assinale as alternativas que correspondam à sua opinião.

17) Por que não a conhece?

a ( ) de fácil leitura b ( ) de difícil leitura

c ( ) não atende aos meus interesses e ( ) adoção bem feita

18) Caso já conheça, assinale a(s) alternativa(s) que melhor descreva(m) a sua opinião.

19) Edição mal feita d ( ) difícil f ( ) não objetiva

20) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo pouco atual

21) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo atual

22) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo atual e bem organizado

23) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo atual, bem organizado e com linguagem acessível

24) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo atual, bem organizado, com linguagem acessível e com uma abordagem interdisciplinar

25) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo atual, bem organizado, com linguagem acessível, com uma abordagem interdisciplinar e com uma linguagem clara e objetiva

26) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo atual, bem organizado, com linguagem acessível, com uma abordagem interdisciplinar, com uma linguagem clara e objetiva, e com uma abordagem crítica e reflexiva

27) Edição boa e agradável e ( ) conteúdo atual, bem organizado, com linguagem acessível, com uma abordagem interdisciplinar, com uma linguagem clara e objetiva, com uma abordagem crítica e reflexiva, e com uma abordagem inovadora

APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo de conhecer a percepção dos professores sobre a importância da teoria e da prática na formação dos futuros professores de História.

UMA VIDA DE TEORIA E PRÁTICA

Uma entrevista com Jacob Gorender\*

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo de conhecer a percepção dos professores sobre a importância da teoria e da prática na formação dos futuros professores de História. A entrevista com Jacob Gorender foi realizada no dia 7 de agosto de 1988 na cidade de São Paulo. A versão final foi gentilmente revista pelo entrevistado. Participaram da entrevista Renato Rocha Pitzer e Ricardo Figueiredo de Castro.

\* Entrevista concedida no dia 7 de agosto do corrente na cidade de São Paulo. A versão final foi gentilmente revista pelo entrevistado. Participaram da entrevista Renato Rocha Pitzer e Ricardo Figueiredo de Castro.

## APRESENTAÇÃO

Jacob Gorender nasceu em 1923 na cidade de Salvador. Apesar de sua vida modesta pôde estudar e, em 1942, ingressou na Faculdade de Direito de Salvador, abandonando-a no ano seguinte. Ainda em 1942, por intermédio de Mário Alves, entrou para o Partido Comunista, do qual só sairia em 1967. Em 1943 apresentou-se como voluntário à FEB (Força Expedicionária Brasileira), sendo enviado à Itália em 1944, combatendo 7 meses na linha de frente e retornando ao Brasil em 1945. Neste mesmo ano, foi para o Comitê Municipal e Estadual do PCB baiano. Em fins de 1946, se transfere para o Rio de Janeiro, trabalhando na redação da **Voz Operária**. Após 1951, foi para o Comitê Estadual de São Paulo, aí permanecendo até 1953, quando, de volta ao Rio, foi indicado professor dos cursos internos para dirigentes e quadros do Partido. Em 1954, foi eleito, no IV Congresso do PCB, membro suplente do Comitê Central e, em 1960, eleito membro efetivo. Em 1967, discordando da política desenvolvida pelo 'Partidão', sai do PCB para fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) juntamente com outros ex-dirigentes do PCB, dentre eles, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Neste período, sobreviveu, já na clandestinidade, como tradutor, não cogitando da possibilidade de ir para o exílio. Na data de seu 47º aniversário, em 20 de janeiro de 1970, foi preso pelo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) onde foi torturado, sendo, depois de dois meses transferido dali para o Presídio Tiradentes e posto em liberdade em outubro de 1971. De 1976 a 1984 trabalhou como Editor de Planejamento da Abril S/A Cultural e Industrial, coordenando a coleção 'Os Economistas'. Desde 84, desenvolve as atividades de editor, jornalista, conferencista e pesquisador.

Preocupado com os problemas brasileiros, Gorender sempre se destacou como grande conhecedor da história do país e, por volta de 1967, insatisfeito com as soluções teóricas dadas pelos pensadores brasileiros sobre a natureza do modo de produção que presidiu o Brasil Colônia e Império, propôs-se a estudar este período. Orientou-se pela hipótese de que teria existido no Brasil um modo de produção específico, que não se confundiria com o escravismo clássico, com o feudalismo nem com qualquer outro modo de produção. Tratar-se-ia de um Modo de Produção Escravista Colonial.

Embora a produção do professor Gorender se realizou sempre à margem dos centros acadêmicos, os frutos de seu autodidatismo acabaram penetrando nas universidades, devido à densidade e erudição que lhe são característicos. **O escravismo colonial** hoje é obra indispensável ao estudioso da sociedade brasileira. Além de seus trabalhos voltados para a história, Gorender sempre desenvolveu a atividade de jornalista escrevendo artigos, em particular nos diversos jornais da esquerda brasileira. Como intelectual marxista, soube equilibrar uma grande solidez teórica com a militância política.

A entrevista realizada por ARRABALDES respeitou o seguinte roteiro: procurou-se discutir mais detidamente **O escravismo colonial**, as polêmicas que trava com a historiografia precedente e aquelas outras que a obra suscita. Assim, procuramos debater os seus principais críticos e adeptos. Posteriormente, entramos na discussão sobre a conformação da burguesia brasileira e os embates desenvolvidos pela esquerda nas décadas de 60 e 70 para derrubá-la. De qualquer forma, a entrevista é um saudável passeio por sua obra, tentando resgatar alguns artigos e ensaios menos conhecidos do público mais amplo e algumas questões que não encontram espaço em livros. É indispensável grifar que o nosso entrevistado, pela sua amabilidade e solicitude, facilitou muito o trabalho de ARRABALDES.

ARRABALDES – Professor, no início d'*O Escravismo colonial*<sup>1</sup>, o senhor faz uma tipologia da produção intelectual das ciências humanas que o precedeu, dividindo-a em três grandes tipos. Gostaríamos que o senhor situasse esta discussão e desse, em linhas gerais, a caracterização do Modo de Produção Escravista Colonial.

GORENDER – Mas isso é muito complicado para expor assim, em poucas palavras (Risos). Eu acredito que nas "Reflexões metodológicas", que compõem a introdução do meu livro *O Escravismo colonial*, esteja bastante claro o motivo da escolha do tema, decorrente da metodologia marxista, que coloca o modo de produção como o sistema básico da formação social. Pode existir mais de um modo de produção numa formação social. No entanto, o modo de produção dominante é o fundamental. Ele subordina os demais modos de produção e também condiciona as características principais de todas as formas de vida social, institucional, ideológica, etc.

ARRABALDES – Mas como surge a idéia de um modo de produção específico – escravista colonial – na sua formulação? Em que momento da sua produção?

GORENDER – Isso se relaciona a aspectos de minha biografia, de como elaborei este livro. A minha concepção de história é a de uma ciência que orienta a ação revolucionária. Nunca tinha sido historiador profissional, mas fui revolucionário profissional e até hoje me dedico a trabalhar pela revolução no Brasil. Considero que a história é um conhecimento científico indispensável para que uma perspectiva revolucionária acertada seja estabelecida. Nas épocas passadas, os revolucionários não precisavam conhecer teorias científicas. Não existia nada que pudesse reivindicar o título de história científica. Apesar disso, revoluções foram feitas. Para isso, os revolucionários receberam orientação de certas ideologias, até mesmo religiosas. Mas, nos tempos atuais, as revoluções, que possuem a perspectiva socialista, precisam da história como ciência que forneça o fio do desenvolvimento da sociedade, de cada formação social. O meu interesse pela história nasceu das perplexidades que as interpretações historiográficas correntes na esquerda brasileira ocasionavam, sobretudo após a derrota de 1964. No meu último livro, *Combate nas trevas*<sup>2</sup>, procurei reproduzir o clima de indagações, perplexidades, inquietações e busca de caminhos que aquela derrota provocou. E foi nesse clima – principalmente após o livro de Caio Prado Júnior, *A Revolução brasileira*<sup>3</sup>, um acicate, com notável repercussão – que me propus a fazer um estudo sistemático da história do Brasil, ainda que em condições muito acidentadas. Considerava que a produção existente – tanto por parte de Caio Prado Júnior, historiador de grande envergadura, como por outros do mundo acadêmico – não respondia satisfatoriamente às questões então colocadas. Passei, então, a pesquisar ainda na clandestinidade. Depois sobreveio a prisão – enfim, dificuldades nada rotineiras. Apesar disso, consegui em 1976, já em liberdade, terminar a redação. Durante o processo de pesquisa, compreendi que deveria limitar-me a definir o Modo de Produção Escravista Colonial. Esta idéia, ainda mal delineada, surge para mim por volta de 1969, já, portanto, na primeira fase da pesquisa. Estava de inteiro acordo com Caio Prado sobre a questão de que não existira feudalismo no passado brasileiro. No entanto, Caio Prado não definiu nenhum modo de produção: esta categoria não existe nos seus trabalhos. O que ele definiu foi um sistema colonial.

ARRABALDES – O senhor não considera que Caio Prado tem sido utilizado por diferentes correntes historiográficas?

GORENDER – Ele se tornou, de fato, o historiador marxista de maior influência no meio universitário. Ele é, digamos sim, uma das figuras germinativas de toda uma escola historiográfica que ainda possui grande força na Universidade de São Paulo e em outras universidades brasileiras. (Teve grande influência também na Unicamp<sup>4</sup> – agora na Unicamp a moda é diferente, para pior!) (RISOS). Tal escola se manifesta na historiografia geral e na historiografia econômica. No entanto, como já mencionei, Caio não definiu um modo de produção. Para mim, havia um modo de produção, um escravismo no Brasil e nas Américas, particularmente no Brasil – diferente do escravismo da Antiguidade – e que definia um Modo de Produção Escravista Colonial. Não publiquei nada a respeito, pois não tinha condições de publicar e também não queria publicar nada antes de dispor do trabalho inteiramente pronto. Mais tarde, acredito que por volta de 1974, tomei conhecimento do trabalho de Ciro Cardoso, publicado em espanhol numa coletânea argentina<sup>5</sup> e que constitui a parte teórica de sua tese de doutoramento. Ele publicou este seu trabalho em 1973, antes que eu tivesse publicado o meu. Reconheço o seu pioneirismo, não há disputas a respeito. É coincidente minha opinião a propósito da existência do Modo de Produção Escravista Colonial com a posição de Ciro Cardoso.

ARRABALDES – De qualquer forma, o senhor vai discutir – desenvolvendo e respeitando – muito mais as posições de Caio Prado Júnior do que a de outros autores como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e, até mesmo, Ignácio Rangel. Por que essa escolha? Qual a postura desses autores dentro desse universo?

GORENDER – Na ocasião, estava claro para mim com que concepções me defrontava no universo da esquerda – porque sempre tive isto em vista – e também no ambiente acadêmico, com o qual só tinha contato através de livros, já que naquela época quase não possuía nenhum contato pessoal nesse meio. Mas conhecia boa parte, certamente a mais relevante, da produção universitária. Estava claro para mim que deveria enfrentar as teses do chamado feudalismo no passado brasileiro, porque eram as teses do Partido Comunista Brasileiro – cujos principais representantes no plano da historiografia eram Nelson W. Sodré e Alberto Passos Guimarães – e, ao mesmo tempo, as teses de mais prestígio no meio acadêmico, justamente aquelas emanadas de Caio Prado Júnior<sup>6</sup>. Na época, elas se impunham, em particular no trabalho de Fernando Novais, que veio a constituir um capítulo de seu livro *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*<sup>7</sup>.

ARRABALDES – Que foi publicado nos Cadernos Cebrap<sup>8</sup>...

GORENDER – Sim. Foram tiradas várias edições e causava furor no começo dos anos setenta, tendo grande influência no meio universitário. Esse trabalho se inspirava na teoria da dependência<sup>9</sup>, também em voga nos anos 60 e 70. Por conseguinte, isso me levou a enfrentar as teses de Caio Prado Júnior e lhes dei maior destaque. Na edição revista e ampliada que fiz em 1985, dei mais força ainda à discussão da concepção capitalista do escravismo, visto que a concepção feudal está praticamente cadavérica, isto é, poucos a defendem.

ARRABALDES – A concepção capitalista ainda tem grande força, representada basicamente por Novais<sup>10</sup>.

GORENDER – Em parte por Novais e revitalizada, nos últimos anos, pela escola americana chamada *New Economic History* (Nova História Econômica) de Fogel e Engerman<sup>11</sup>, que tem influência atualmente no Brasil, principalmente

nas universidades aqui de São Paulo e, de certo modo, do Rio de Janeiro. Por ser esta concepção a que se apresenta com mais força, na edição revista de *O Escravismo colonial*<sup>12</sup> ela ganhou maior espaço no meu texto.

ARRABALDES – Em 1978, Ignácio Rangel na *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*<sup>13</sup>, publicou um artigo criticando a concepção de Modo de Produção Escravista Colonial e defendendo sua tese da dualidade básica da economia brasileira, acusando o senhor de dogmatismo e de inventor de modos de produção. Como o senhor enfrenta essa postura?

GORENDER – Ignácio Rangel escreveu um artigo – estou tentando reproduzir de cabeça, porque deixei de pensar nesse assunto – que era, inexplicavelmente, ofensivo até do ponto de vista pessoal, onde ele me citava como um aproveitador da onda de marxismo no Brasil, com aquela abertura, lenta, gradual e segura. Tive de responder e, inclusive, cheguei a prometer que iria discutir a sua posição, acrescentando elementos ao que havia exposto no meu livro. Mas nunca cheguei a fazer isso. Tinha uma vida muito difícil, necessitava trabalhar naquela época, para ganhar o pão de cada dia. Trabalhava numa empresa – em regime de empresa, o dia inteiro – e outras preocupações intelectuais me pareciam mais proveitosas do que me meter numa polêmica sobre a dualidade básica<sup>14</sup> (Risos). Eu considerava que, no meu livro, o fundamental já havia sido dito. Rangel expôs novamente a questão da dualidade básica, porque ela estava perdida num livro que não foi mais reeditado. Chegou mesmo a escrever que os seus amigos consideravam que, da sua produção, esta é a parte menos importante, mas ele não acha assim. Voltou ao assunto na *Revista de Economia Política*<sup>15</sup>, e recentemente durante uma homenagem a Caio Prado Júnior em Marília, na "Jornada de Ciências Sociais" que a Universidade Estadual de São Paulo, a UNESP, promoveu. É uma teoria que eu não sei se tem mais de um adepto além do próprio Ignácio Rangel.

ARRABALDES – Ela é muito instintiva aos economista. . .

GORENDER – Não conheço nenhum historiador ou economista, que tenha usado semelhante categoria para desenvolver qualquer tema. Nem o próprio Rangel, na minha opinião, trabalhou com ela para desenvolver um tema especial, além de uma teoria geral, a nível muito rarefeito de abstração. Rangel considera que o Brasil sempre teve relações de produção internas de um tipo, acopladas a relações de produção externas de outro tipo. Há sempre essa dualidade que atravessa os tempos. Ou seja, o Brasil, no passado, foi internamente escravismo e externamente feudalismo; depois, feudalismo internamente, capitalismo externamente e assim por diante.

ARRABALDES – As combinações binárias. . .

GORENDER – Combinações binárias interno-externas. Como era, na minha opinião, uma teoria estéril, não vi motivos para respondê-la. Existem coisas mais interessantes a fazer, para quem tem tão pouco tempo como eu.

ARRABALDES – E quanto à polêmica com o Fernando Novais? O senhor a considera suficientemente resolvida, respondida, n' *O Escravismo Colonial* ou acha que ela deva ser respondida com mais vigor ainda? Por exemplo: a polêmica sobre a tese do circulacionismo, de se definir um modo de produção pela circulação e não pela produção. . .

GORENDER – Não sei. Creio que, do ponto de vista polêmico, eu disse o principal que tinha a dizer. Fernando Novais – um intelectual simpático do ponto de vista pessoal – não trouxe novas contribuições ao assunto, depois de seu livro.

Eu também não vi motivos para voltar a tratar da questão. A categoria de modo de produção escravista colonial tem sido usada por já numerosos historiadores. De uma maneira ou de outra, diversas teses do meu livro têm sido desenvolvidas e coisas novas apareceram – além, é claro, de contestações. Mas no plano da questão do Fernando Novais, sobre o sistema colonial eu não conheço algo que tenha trazido um acréscimo de conhecimentos a respeito, exceto o livro *O Brasil no comércio colonial*, de J. Jobson de Arruda<sup>16</sup>.

ARRABALDES – O senhor já se referiu à metodologia que utilizou a um nível mais geral, no sentido do arcabouço marxista. Nós gostaríamos que o senhor discutisse um pouco mais sobre a metodologia e as fontes utilizadas n' *O Escravismo Colonial*.

GORENDER – A metodologia, do ponto de vista conceitual, é a marxista. Como nesse terreno há também muita discussão – naquela época grassava o estruturalismo de Althusser –, eu fiz uma introdução dando precisão aos conceitos que ia usar. Medida indispensável para que não houvesse confusão. Senão, *modo de produção* ia ser entendido à maneira de Althusser e de Marta Harnecker<sup>17</sup>, que estava em voga. Eu tinha a concepção clara de que aquelas reflexões metodológicas seriam uma espécie de desfiliado pelo qual nem todos os leitores gostariam de passar.

ARRABALDES – O Ignácio Rangel não passou por elas. . .

GORENDER – Pois é. Mas achei que valia a pena o risco de fazer aquela introdução: o outro risco de ser mal entendido era maior. Então, eu fiz a introdução metodológica e epistemológica. Quanto às fontes, este é um problema que não me deixou dúvidas: eu não era um historiador profissional, formado e graduado para que se dedicasse a trabalhos de historiografia por profissão. Entretanto, procurei ler o que havia disponível naquela época em matéria de teoria da pesquisa historiográfica e percebi que eu – se quisesse concluir aquele trabalho – não tinha condições de fazer pesquisas de arquivo, pesquisas com fontes manuscritas, porque isso me levaria a um caminho sem fim. Considerei que o que já existia de fontes impressas – fontes primárias impressas – era o suficiente para o que eu pretendia empreender: a formulação integrada, orgânica, de um modo de produção escravista colonial. São as fontes citadas no livro. Uma fonte primária não perde seu valor por estar impressa. É ridículo exigir do historiador que sempre apresente um novo documento descoberto no arquivo e em cartórios, ou em outras instituições que guardam documentos de valor histórico. O historiador pode, perfeitamente, fazer uma descoberta com fontes já trabalhadas antes por outros historiadores. Em história da antiguidade greco-romana, por exemplo, lida-se com fontes já conhecidas há séculos. O grosso das fontes é o mesmo usado por outros historiadores. Só que hoje é possível fazer melhor uso do que antes, e há também algumas novas fontes. No meu caso, as fontes impressas pareceram suficientes e procurei consultar o máximo que me foi possível, recorrendo principalmente ao bom acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo. Além disso, li grande parte das fontes secundárias. Quando terminei de trabalhar em 76 – e o livro foi publicado em 78 –, tinha consciência, por leitura de jornais, de que havia uma literatura – norte-americana, em particular – com a qual eu não estava atualizado, que era a Nova História Econômica, da qual já se falava no Brasil, e também o livro do Genovese, *Roll, Jordan, Roll*<sup>18</sup>. Esses trabalhos não aparecem na primeira edição do meu livro. Todavia, eu não tinha condições de continuar a pesquisar naquela altura: já estava com o li-

vro adiantado e considerava que a defesa da minha tese, tal qual se apresentava ali, era suficiente. Fatalmente, coisas novas surgiriam e não adiantava querer se antecipar a elas. Além disso, eu já estava há dois anos e meio pensando naquela obra e a minha bolsa vinha das contribuições que amigos faziam para o meu empreendimento. Pessoas que eram, quase todas, ex-presos políticos, companheiros confiantes em que o dinheiro por eles doado estava bem empregado. Eu precisava voltar a ganhar a vida. Portanto, resolvi que o texto sairia do jeito como estava. Na 4ª edição, já em 1985, me deparei com esse problema, quando verifiquei que a 3ª edição estava se esgotando: ou reimprimir o trabalho sem alterações ou aproveitar todo o conhecimento adquirido, em discussões e leituras, naqueles sete anos, aproximadamente, para refazer partes do texto. Felizmente, a editora Ática foi compreensiva, porque concordou em recompor todo o livro.

ARRABALDES – E o livro é um *best-seller*. . .

GORENDER – Mas é um livro volumoso. Nem todas as editoras concordariam com sua recomposição e acréscimo de cerca de 10% do texto.

ARRABALDES – A espessura do livro diminuiu. . .

GORENDER – Além dos acréscimos, muitos trechos foram alterados, tendo sua redação modificada e os dados estatísticos corrigidos. Sobretudo, a bibliografia foi ampliada. Considero que o livro está ao nível da bibliografia de 1985. Ele também está atualizado em relação à discussão internacional, sobretudo de origem norte-americana – os principais livros que balizam a discussão nos Estados Unidos se acham aí citados e várias vezes referidos, além de livros de outros países. É uma edição, de fato, que não modificou as teses anteriores: as teses se mantêm, mas ficaram melhor fundamentadas e contam com uma riqueza bibliográfica superior. Quanto à espessura do livro, o número de páginas aumentou pouco por causa da composição mais compacta.

ARRABALDES – Essa nova bibliografia é majoritariamente de caráter empírico, monográfico ou de sínteses mais abrangentes?

GORENDER – No caso brasileiro, muita coisa é de caráter monográfico, com dados empíricos novos. Nesse ínterim, depois da publicação do meu livro, é que aparecem as obras dos professores Iraci da Costa e Vidal Luna sobre Minas Gerais, com estudos muito importantes; os trabalhos de Diana Soares de Galiza, sobre a Paraíba, e de Vilma Paraíba de Almada, sobre o Espírito Santo. A cafeicultura do Espírito Santo não é citada até a 3ª edição, só aparecendo na 4ª. E, no entanto, foi um setor cafeeiro, confirma o que aconteceu em São Paulo. Posso citar, ainda, a obra de Warren Dean sobre o Rio Claro, também muito importante; a obra de Suely Reis de Queiróz sobre São Paulo, que é de 77; a obra de Maestri sobre as charqueadas no Rio Grande do Sul; a de Ariosvaldo Figueiredo sobre Sergipe. A questão da alforria mereceu um título especial, porque o tema foi desenvolvido justamente neste período. Teve relevância para a edição ampliada o trabalho de Kátia Mattoso, da qual discordo no referente à sua visão geral neopatriarcalista, mas reconheço que, na questão da alforria, ela deu uma contribuição fundamental. Procurei aproveitar todo este rico material, além das várias obras clássicas na bibliografia sobre o tema, às quais não tive acesso antes por várias razões, como as de Louis Couty, de Sebastião Ferreira Soares e mais alguns autores<sup>19</sup>. Pude, assim, preencher várias lacunas.

ARRABALDES – Professor, para mais facilmente podermos discernir a sua postura do Modo de Produção Escravista Colonial da de Ciro Cardoso, o senhor poderia apontar, em linhas gerais, as características estruturais deste modo de produção e sua relação com a questão da “brecha camponesa”.

GORENDER – Esta é uma questão um tanto complexa. Mas o fundamental é que o Escravismo Colonial é um modo de produção específico e historicamente novo, que tem leis e categorias próprias. Ele é uma totalidade orgânica, não se confunde com o feudalismo, com o capitalismo, nem como nenhum outro modo de produção. Nem mesmo com o escravismo patriarcal antigo, pois ele é fundamentalmente mercantil.

ARRABALDES – E, no entanto apesar de Ciro Cardoso também acreditar nessa especificidade do Modo de Produção Escravista Colonial, ele polemiza com o senhor a respeito da “brecha camponesa”. Como o senhor enfrentaria essa questão?

GORENDER – Ciro lançou a tese do modo de produção Escravista Colonial e apresentou um modelo do que poderia ser esse modo de produção, baseando-se na grande erudição que possui e também na pesquisa sobre a Guiana Francesa, objeto de sua tese de doutoramento<sup>20</sup>. Eu procurei fazer um trabalho centrado na pesquisa historiográfica do Brasil. Recorri à história comparativa, utilizando obras sobre os países escravistas das Américas, principalmente os Estados Unidos e o Caribe. Desse modo, creio que pude formular a tese, não como um modelo, mas como um modo de produção definido no plano sistemático e categorial a partir da pesquisa empírica. A questão da brecha camponesa é uma questão, na minha opinião, de detalhe. Da maneira, porém, como a coloca Ciro Cardoso, tornou-se uma questão de princípio. A questão deve ser resolvida no plano dos princípios, e também – em primeiro lugar – do referencial empírico. Estamos de acordo que havia uma economia autônoma dos escravos, nos lotes que o senhor lhes concedia. Não há nesse ponto divergências, nem novidades, trata-se de fato conhecido. O que estranhei é que Ciro Cardoso, no seu livro, *Agricultura, escravidão e capitalismo*<sup>21</sup>, dissesse que era um assunto descurado no Brasil, quando não era. Ele ignorava o que tinha sido feito aqui no Brasil. Muitos autores se referiram ao fenômeno: podem não ter tirado conclusões teóricas corretas, mas isso é outro problema. A divergência reside no seguinte: creio que Ciro, de trabalho em trabalho, foi acentuando progressivamente a idéia da brecha camponesa, num sentido que a coloca em confronto com o caráter orgânico do Modo de Produção Escravista Colonial. No seu último trabalho sobre o assunto, *Escravo ou Camponês*<sup>22</sup>, onde polemiza comigo...

ARRABALDES – Recuperando uma polêmica do senhor, levantada em 1983.

GORENDER – Sim, referindo-se a um artigo<sup>23</sup> anterior que eu havia escrito. Naquele livro, Ciro vai mais longe. Ele já falara anteriormente em setor camponês, mas expunha várias ressalvas. Posteriormente, passou a considerar que o setor camponês se tornou algo consolidado e generalizado. Então, este setor camponês passou a ser parte estrutural, integrante e permanente do modo de produção. Com isso, ele foi extremamente longe. A organicidade do modo de produção se perde, e, na minha opinião, Ciro não conseguiu provar a tese empiricamente. Afinal, tanto se pode trazer novos fatos de escravos que cultivavam lotes, como novos fatos de escravos que não cultivavam, ou que os

perdiam. A ocorrência é abundante na literatura, nas fontes. As duas alternativas se encontram e isso acontece através dos séculos. As queixas de que os senhores faziam os escravos trabalharem nos dias santos e domingos aparecem já no século XVI e se prolongam até quase o final da escravidão. Nas fases de safra, era praticamente impossível aos escravos cuidar de seus lotes. Particularmente no caso do açúcar – que tem na safra um período muito penoso de trabalho –, os lotes ficavam descurados, abandonados, sem cultivo. Os escravos não conseguiam cultivar os seus lotes, senão irregularmente. Podemos citar vários casos de escravos que tinham lotes e vendiam uma parte da produção nas cidades, nas localidades vizinhas, ou que cultivavam produtos de exportação, como café e algodão. Isso pode ser citado, mas, justamente, pelo caráter aleatório, mostra que não era consolidado, que sempre foi uma concessão senhorial e nunca chegou a ser uma parte estrutural do sistema. O senhor tinha suas vantagens com a concessão quando lhe convinha, mas, quando não convinha, cassava a concessão. E os escravos estavam muito sujeitos a transferências. As transferências de escravos, de uma fazenda e de uma região para outra, eram um fato corriqueiro. O escravo podia ter o seu lote, cultivá-lo com muito carinho e, de repente, ele era vendido para uma outra fazenda, onde não teria tal concessão, ou demoraria para recebê-la. Isso tornava esta parte da economia muito instável. Daí que eu a inclua no setor de economia natural da fazenda, da plantagem. É evidente que uma parte daquela produção podia ser vendida. Concordo que, nem sempre, a economia do escravo era uma economia natural, mas, no fundamental, o senhor concedia o lote para que o escravo suprisse as necessidades de subsistência. Com isso, o senhor aliviava sua própria carga no sustento do escravo. Em livro, que estou preparando, voltarei à questão da “brecha camponesa”.

ARRABALDES – Num trabalho dos professores Francisco Carlos Teixeira da Silva e Maria Yedda Linhares<sup>24</sup>, eles criticam o senhor, em virtude dessa posição de acompanhar uma lógica plantacionista; o senhor responde no citado artigo de 83. Como o senhor vê essa questão?

GORENDER – Naquele artigo, respondi muito brevemente. Todo pesquisador, em qualquer terreno, precisa ter clareza sobre a situação do objeto que está estudando num certo todo orgânico. Suponhamos um fisiologista que estude um órgão do corpo humano: o baço, o pâncreas. É evidente que ele deve ter uma idéia do que representa o órgão no conjunto do corpo humano. Assim, um historiador descobre certo processo, certo fenômeno, e constrói toda uma teoria global em torno dele, quando o processo é eventual, secundário ou localizado. Faço tais considerações com relação à chamada economia não-plantacionista na época do escravismo colonial. Não nego, de modo nenhum, que exista uma economia não-plantacionista a qual, com o correr dos tempos, veio a ocupar um número enorme de pessoas, que chegou a ser maior do que o número de escravos na segunda metade do século XIX, quando o quantitativo de escravos no Brasil vai decaindo rapidamente. Mas a economia global não girava em torno desse setor, digamos, de subsistência. A economia escravista girou em torno do setor plantacionista. Eu não quero dizer que estudar o cultivo de gêneros de subsistência – de feijão, de mandioca, de milho –, não seja importante, nem que deva ser negligenciado, de modo algum. Sobre tudo porque, no século XIX – com o Brasil já independente –, o abastecimento das cidades se torna um problema mais sério. Estudar o abastecimento é importante. O abastecimento era

feito, aliás, em parte também pela economia escravista: havia pequenos senhores escravistas que abasteciam as cidades de gêneros alimentícios. Portanto, este estudo tem relevância, não o subestimo. O que considero é que não se deve acusar aqueles que estudaram a plantagem de viés plantacionista. Penso que ambos os estudos devem ser feitos, mas com a consciência de que, na época do escravismo colonial, o eixo foi a *plantation*, ou a plantagem, como a denomino. A economia de subsistência foi um suporte da plantagem exportadora.

ARRABALDES – Existe uma outra polêmica, entre o senhor e Ciro Cardoso que é uma discussão interessante, na medida em que os dois concordam com a concepção de que existiu um Modo de Produção Escravista Colonial.

GORENDER – Ah, sim! sem dúvida nenhuma!

ARRABALDES – ... bem, existe uma outra discussão – mais conceitual – que o senhor inicia no artigo de 1983 e que o professor Ciro responde no seu *Escravo ou Camponês?* – sobre a questão da formação social e do modo de produção. O senhor critica a forma como ele manipula esses conceitos e ele responde criticando o senhor na mesma questão<sup>25</sup>. Como o senhor enfrenta essa polêmica e quais as principais diferenças e matrizes de pensamento que balizam esse problema conceitual? São matrizes alheias a Marx?

GORENDER – Eu o critiquei porque ele não trabalha com o conceito de formação social, pois aí caberia um setor camponês *fora* do Modo de Produção Escravista Colonial. Mas confesso que não me recordo bem como é que ele responde a isso. Tenho andado ocupado com uma variedade de temas. Devo acrescentar que o que estou dizendo não esgota os meus argumentos. Conforme já adiantei, pretendo abordar isso num livro ainda em fase de preparação, onde entrarei em detalhes. Inclusive empíricos.

ARRABALDES – É para breve o lançamento do livro?

GORENDER – Não sei! Talvez no ano que vem ele seja lançado, se conseguir terminá-lo. Não é um livro grande, não vou escrever um novo *Escravidismo Colonial*. É um livro de dimensões bem menores. Mas abordarei este assunto e aí terei a oportunidade de ser mais sistemático e detalhado.

ARRABALDES – Dando concretude a essa discussão, o professor Ciro menciona o exemplo da revolta de escravos no engenho de Santana<sup>26</sup>, na Bahia ...

GORENDER – Ele argumenta com aquela revolta. Sinceramente, não é possível argumentar com o que acontecia nos estabelecimentos religiosos e, a partir daí, generalizar para todo o escravismo colonial. As ordens religiosas que possuíam maior número de fazendas, – os jesuítas, beneditinos e carmelitas – tinham um sistema de tratamento dos escravos e de administração econômica que diferia muito dos proprietários leigos, os quais compunham a imensa maioria de proprietários escravistas. As ordens religiosas eram um setor muito restrito, uma variante especial do escravismo colonial. Acho estranho que o Ciro argumente com o caso do Engenho Santana, desprezando o que nele era inteiramente peculiar. Conforme já demonstrei no artigo de 1983, os escravos rebeldes pretendiam o retorno ao regime de trabalho e de vida do tempo dos jesuítas.

ARRABALDES – Como o senhor vê a questão do modo de produção dominante nos séculos XVI e XVIII, por exemplo, no escravismo colonial, num país onde

os meios de comunicação e a própria definição geográfica era ainda tão indefinida? Não seria admissível pensar duas ou mais formações sociais distintas; uma no Norte, na região amazônica, mais próxima estruturalmente das Guianas e outra mais ao Sul, relacionando o Nordeste ao Centro-Sul?

GORENDER – Penso que o escravismo era generalizado. Havia regiões que tinham grande capacidade de exportação e, portanto, uma vinculação muitíssimo maior com o mercado externo. Regiões estas onde a produção de açúcar prosperou. Fundamentalmente, nos séculos XVI e XVII, esta região é o Nordeste, na chamada Zona da Mata, que vai do Recôncavo Baiano até a Paraíba. Regiões como Maranhão e São Paulo são periféricas, de pequena significação, mas já aí o escravo é o trabalhador, principalmente o indígena. São regiões que, nos séculos XVI e XVII empregam principalmente indígenas. Só a partir da segunda metade do século XVIII é que ali os escravos negros ganham importância. Entretanto, não há duas formações sociais, há apenas uma, e um modo de produção dominante que é o escravismo colonial. Concomitante a ele, vai se formando aquilo que chamei de modo de produção camponês, de pequenos cultivadores não-escravistas.

ARRABALDES – Seria um “pequeno” modo de produção?

GORENDER – Não é um pequeno modo de produção. Mas sim, um modo de produção que, na segunda metade do século XIX, já abrange mais de 50% da população brasileira, e que vinha se avolumando desde o século XVIII, principalmente. Como esses pequenos cultivadores não eram objeto do meu livro, dediquei-lhes apenas um capítulo, mas não os esqueci. Não deixei de frisar que, na formação social escravista colonial, tratava-se de um modo de produção subordinado<sup>27</sup>.

ARRABALDES – Outra questão que gostaríamos de levantar é a da superação do Modo de Produção Escravista Colonial, que parece ser um dos pontos menos tratados pela nossa historiografia mais geral. Nesse período, de 1889 até, aproximadamente, a década de 1950, há um certo vazio teórico.

GORENDER – Teórico! Empírico, nem tanto!

ARRABALDES – Essa transição, que se estabelecerá a partir do término do escravismo, se complica quando se pensa no Nordeste ou no Norte, onde o escravismo acabou muito antes, ou mesmo, nunca existiu, enquanto uma formação jurídica.

GORENDER – Mas onde, no Amazonas?

ARRABALDES – Sim.

GORENDER – Nessa região, o escravismo foi diminuto. Já no Pará, teve relevância, não tão grande, mas teve. Mas a Amazônia, em seu todo, era muito pouco povoada. Não pôde definir o rumo principal da economia brasileira.

ARRABALDES – Então como o senhor encara a problemática da transição do Modo de Produção Escravista Colonial?

GORENDER – Este é um problema que não quis abordar no meu livro. A minha intenção, até certo momento, era abordar a transição e cheguei, inclusive, a escrever umas 70 a 80 páginas datilografadas. Verifiquei que estavam muito fracas e iriam ser uma extensão do livro que enfraqueceria seu contexto sistemático. Em consequência, eliminei essa parte e me detive só no Modo de Produção Escravista Colonial. Depois do livro publicado, procurei desenvolver o tema da transição, conjuntamente com outros autores. Há uma bibliografia bas-

tante extensa sobre o colono de café, sobre os camponeses do Nordeste, da Zona da Mata, do Agreste, etc. Uma bibliografia regional, historiográfica, econômica e antropológica, surgida nestes últimos vinte anos. Entretanto, não há uma teorização geral.

ARRABALDES – E a conferência que o senhor pronunciou em 1979...

GORENDER – Nessa conferência, já publicada<sup>28</sup>, tentei uma via fácil de propor um modo de produção de transição. Posteriormente, verifiquei que era uma tese inconsistente. Voltei a Fortaleza recentemente, para o Encontro Nacional de Estudantes de Economia, e uma sessão foi dedicada à discussão desse livrinho, que contém a conferência proferida, lá mesmo, dez anos antes. Nessa ocasião, fiz autocrítica. Procurei reformular minha posição, mas ainda não cheguei a uma idéia suficientemente definida. No livro em que estou trabalhando, pretendo discutir o processo de transição.

ARRABALDES – Discutir a transição?

GORENDER – Discutir o processo como se deu a Abolição e, portanto, como se extinguiu o Modo de Produção Escravista Colonial e o que veio logo depois.

ARRABALDES – O senhor superou a caracterização da transição explicitada naquela conferência de 1979?

GORENDER – Mantenho o que está no prefácio da recente reedição pela Mercado Aberto e através do prefácio corrijo o texto da conferência<sup>29</sup>. Os fatos empíricos não são afetados em si mesmos pela interpretação teórica. O que mantenho é que, depois do escravismo, o Brasil entra no modo de produção capitalista. Nenhum modo de produção começa pronto e acabado – esta é uma afirmação que se apóia na história mundial. Todos os modos de produção, em toda a parte, começam imperfeitos – do ponto de vista da sua organicidade – e com vários aspectos semelhantes ao modo de produção anterior. O capitalismo no Brasil, quando começa, não está ainda assentado sobre a base que lhe é compatível. É um capitalismo principalmente agrário, porque a indústria ainda se encontra pouco desenvolvida. O capitalismo herda a estrutura produtiva anterior, centrada em produtos de exportação. O Brasil continua a ter sua economia baseada na exportação de café e de mais alguns outros produtos. Isso prossegue mesmo com o fim da escravidão. As formas de exploração do trabalho ainda não são plenamente capitalistas. Temos o colono de café, o morador do Nordeste, o parceiro e outras formas que aparecem em diversas regiões. Há uma variedade regional, mas no fundamental são formas não plenamente capitalistas, mas, como as denomino, formas camponesas dependentes.

ARRABALDES – Para concluir esta parte, a partir de quando o senhor considera que o modo de produção capitalista é dominante?

GORENDER – Ele já é dominante desde o fim do escravismo. Não ponho nenhum modo de produção intermediário. A pergunta que cabe é a seguinte: *quando o capital industrial se torna dominante?* Não o capital agrário aplicado nas fazendas de café e de outros produtos, em associação com o capital comercial e bancário. Quando então se dá o predomínio do capital industrial? Na minha opinião, nos anos 50. A partir dos anos trinta, há um rápido crescimento do capital industrial, que progressivamente supera – deixando para trás – o capital agrário. Nos anos cinquenta, é pleno o domínio do capital industrial, que se torna o determinante dinâmico da economia.

ARRABALDES – Mudando de tema, vamos entrar na discussão sobre o *Combate nas trevas*. O ano de 1967 marca o momento em que o senhor se desliga do PCB. No livro, o senhor coloca que é esse o momento em que inicia um esforço de pesquisa sobre a realidade brasileira. O senhor identifica uma relação direta entre esse desligamento – e, talvez, um monolitismo teórico que o partido exercia em termos de aceitar o etapismo stalinista – e uma liberdade de pensamento para formular um modo de produção específico?

GORENDER – Não tenho dúvida alguma! Só comecei a ter plena liberdade de criação intelectual depois que saí do PCB. Não que o PCB me proibisse de conceber um Modo de Produção Escravista Colonial. É possível que tivesse tal concepção, publicasse o livro e isso não criasse problemas maiores, ou, pelo menos, não criasse um conflito. Mas não havia somente a questão da linha política que era etapista – que concebia um período feudal no Brasil. Havia também a introjeção dessa linha dentro de mim. Nós realizávamos a autocensura. A impossibilidade criativa, nesse particular, não vinha só da imposição da linha política e das concepções praticamente oficiais, como também das introjeções dessas idéias e da autocensura que fazíamos. Foi indispensável me libertar disso. Quando me propus a pesquisar como historiador, não estava tentando provar a certeza ou incerteza, a correção ou incorreção de qualquer linha política. A pesquisa chegaria à conclusão que os fatos empíricos demonstrassem. Ao começar, eliminei qualquer tese política preconcebida. Não tinha nenhuma idéia de um Modo de Produção Escravista Colonial. Não conhecia, por exemplo, os trabalhos de Ciro Cardoso.

ARRABALDES – Mas o senhor tem como hipótese de trabalho esse modo de produção original já em 69...

GORENDER – Em 69, isso já se evidencia para mim. Iniciei o trabalho em 67 e em 69 eu já tinha três cadernos de espiral preenchidos, cheios de anotações. A idéia do Modo de Produção Escravista Colonial estava af delineada.

ARRABALDES – Essa hipótese de trabalho teria sido formulada a partir de leituras empíricas ou de textos teóricos?

GORENDER – O material que eu tinha disponível naquela época era realmente muito pequeno. Não podia freqüentar bibliotecas. O material disponível era composto de, digamos, umas vinte e cinco obras. Fontes primárias impressas: Antonil, outros viajantes e residentes no Brasil, o Gandavo, Ambrósio Fernandes Brandão e mais alguns que adquiri ou que amigos me emprestaram. E as fontes secundárias: li todo o Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, muita coisa de Gilberto Freyre, Fernando H. Cardoso, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, enfim, a Escola Paulista<sup>30</sup>, como a denominei mais tarde. Assim como as obras de Southey, de Boxer e de Stanley Stein<sup>31</sup>. Esta bibliografia me deu um primeiro delineamento da questão. Mas somente com a pesquisa muito mais avançada é que pude apresentar o quadro nas suas linhas e cores definitivas.

ARRABALDES – Nessa época, o senhor já tinha um embasamento da crítica à Economia Política?

GORENDER – Sim. Já conhecia a teoria econômica marxista, as obras de Marx e Engels e, sobretudo, lera *O Capital*<sup>32</sup>. No terreno teórico eu pisava firme, embora não dominasse tudo.

ARRABALDES – Gostaríamos agora de tratar de questões mais diretamente políticas, como o tema da Revolução. No livro *A Burguesia brasileira*, o senhor afirma que ela não precisou realizar uma revolução para se tornar classe dominante principal<sup>33</sup>. Faremos, então, uma pergunta instigante: será que o proletariado brasileiro também não poderia tornar-se hegemônico e classe dominante principal sem uma revolução?

GOENDER – O proletariado, não acredito! No caso da burguesia, isso vem da sua peculiaridade. Como tinha algumas idéias sobre a burguesia brasileira, quando a Editora Brasiliense me convidou a escrever um volume para a coleção "Tudo é História", eu escolhi o tema e aproveitei para soltar essas idéias. O que a revolução burguesa precisava fazer foi feito pela Abolição. A Abolição desimpediu o caminho para o desenvolvimento do capitalismo. Juridicamente, não havia muita coisa mais a realizar.

ARRABALDES – A Abolição teria, então, a mesma importância da Revolução Inglesa de 1640 para o capitalismo, visto que a burguesia inglesa só teria se tornado classe dominante no século XIX. A Revolução Inglesa tira as amarras jurídicas para o ulterior predomínio do modo de produção capitalista<sup>34</sup>.

GOENDER – Mas já na Revolução Inglesa a burguesia se torna classe dominante. Contudo, o aparelho de Estado continuou entregue à aristocracia. Foi uma peculiaridade inglesa: a aristocracia conservou força. O modo de produção nunca começa pronto e acabado, tampouco a sua superestrutura. Na Inglaterra do século XVII, não ocorreu a Revolução Industrial; era a época da manufatura. O aparelho de Estado permanece entregue à aristocracia, como um privilégio, como uma especialização profissional. Todavia, é o Parlamento que manda; a Câmara dos Comuns é dominada pelos burgueses. A burguesia já é a classe dominante e tem na aristocracia um aliado, mas é a burguesia que possui o domínio político. Há, pois, uma aliança de classes entre a burguesia e a aristocracia aburguesada<sup>35</sup>. A burguesia vai aperfeiçoando seu domínio com a Revolução Industrial, com a Reforma de 1832 e com as Reformas dos anos 40. No século XIX, a realeza termina como uma peça meramente decorativa. O último espasmo de reação da realeza britânica foi Jorge III o monarca da época da Independência das Treze Colônias da América do Norte. No caso brasileiro, a Abolição fez as vezes de uma revolução burguesa. Essa questão está para ser estudada. O que eram os abolicionistas? É curioso que, neste centenário da Abolição, os abolicionistas foram terrivelmente depreciados, pichados de todo jeito. Particularmente a literatura saída da Unicamp tomou os abolicionistas como alvo e anulou sua importância, o que considero um erro de visão histórica pavoroso. A antiga Escola Paulista privilegiava os fazendeiros de café do Oeste e a atual literatura historiográfica da Unicamp privilegia os estadistas do Império. O Visconde do Rio Branco e o Conselheiro Nabuco de Araújo, os próprios líderes do sistema escravista, é que teriam feito a Abolição – lenta, gradual e segura.

ARRABALDES – Na entrevista concedida à revista *Teoria e Política* o senhor, enfrentando a discussão sobre a revolução, afirma que para haver uma mudança em benefício do proletariado teria que haver uma ruptura revolucionária<sup>36</sup>. Esse é um conceito insurrecional, em termos de luta armada, ou não? Como o senhor define este conceito de ruptura?

GOENDER – A revolução burguesa aqui no Brasil pôde ser realizada pela Abolição, que foi um processo de lutas. As lutas abolicionistas têm sido muito

depreciadas pela historiografia moderna, porque não tivemos uma guerra civil como nos Estados Unidos ou uma insurreição de escravos como no Haiti. Devido a isso, elas são depreciadas. O processo de conquista do socialismo também será um processo de lutas. Não será um processo de expansão gradual da democracia. Existe uma idéia corrente em certos setores da esquerda de que aperfeiçoando a democracia, expandindo e criando organizações de base democrática, politizando a população, e por um processo contínuo, sem interrupções, chegaremos ao socialismo. Não acredito nisso. Pela importância que o Brasil possui, não acredito que os Estados Unidos assistam passivamente a um processo socialista entre nós. Precisamos aproveitar todas as oportunidades que a democracia burguesa nos oferece hoje e mais algumas que pudermos conquistar. Mas, para chegarmos ao socialismo, deverá ocorrer uma ruptura da democracia burguesa, ou, antes, ela se transformará de novo numa ditadura discricionária de tipo militar – o que podemos vir a enfrentar mais uma vez. Que tipo de violência será necessário, se insurrecional ou diferente, isso não tenho condições de prefigurar.

ARRABALDES – Como o senhor avalia a questão à luz da experiência pessoal e da pesquisa com o *Combate nas trevas*?

GOENDER – O período que examinei na pesquisa foi o de encaminhamento errado da proposta de conquista do poder para o proletariado no Brasil. Errado, antes de 64, com uma visão de transição pacífica. Quem tinha a primazia no espectro na esquerda era o PCB, com uma visão pacífica da transição. Eu, particularmente, faço autocrítica, pois, naquela época, era dirigente do PCB. Depois da derrota de 64, a esquerda não percebeu que o inimigo estava fortalecido com um aparelho de Estado expurgado, com o pleno apoio da classe dominante e com as organizações de massa destroçadas. Nessas condições desfavoráveis, engendrou-se a idéia da luta armada e através de caminhos que são criticados no livro, como o foquismo, principalmente.

ARRABALDES – O senhor no livro coloca, que até 64, haveria a possibilidade de que uma ruptura revolucionária, via um embate violento, conseguiria sucesso. E que, em 68, as condições objetivas não permitiam mais isso. No entanto, em 68, o senhor aposta com o PCBR<sup>37</sup> numa posição insurrecional, ou não? Como o senhor avalia isso? O senhor faz autocrítica?

GOENDER – Aquele foi um processo muito difícil, trágico para a nossa esquerda. O que podemos tirar de útil é, justamente, o seu estudo. É neste sentido que considero a história uma ciência revolucionária, justamente pelo estudo de experiências como foi a dos anos sessenta e setenta.

ARRABALDES – A verdade é revolucionária<sup>38</sup>!?

GOENDER – Sim! A verdade é revolucionária! O que pode ensinar a esquerda de hoje é o estudo impiedoso, sem respeito pelos mitos, e a análise teórica compatível com a pesquisa franca dos fatos empíricos. Estávamos diante de um dilema, como digo no livro: de um lado, o pacifismo do PCB, extremado pela parcela que permaneceu no partido; de outro lado, o caminho da luta armada. Fugir do pacifismo e conceber a transição armada, porém dentro de condições históricas determinadas, naquele momento era considerado oportunismo de direita, uma concessão ao PCB. No processo de pesquisa é que esta problemática foi se esclarecendo. Estudar um movimento conspirativo é uma tarefa muito difícil, justamente pelo fato de ter sido conspirativo. Como tomei parte dele, conhecia uma parcela, um setor. Mas no referente a acontecimento que ocorreram

em outras organizações, tinha uma idéia vaga. Havia fatos que me eram completamente desconhecidos. Foi só com a pesquisa, com a leitura de documentos primários, com as entrevistas, que as coisas ganharam clareza e ordenação e pude formar uma idéia de conjunto. É evidente que não abordei as sessenta e poucas siglas que surgiram na época<sup>39</sup>. Procurei as linhas principais e as siglas mais importantes. Podemos observar que em todas as organizações houve tensões e lutas internas. Todas as organizações foram dilaceradas pelo dilema ao qual me referi.

ARRABALDES – Como o senhor veria a questão de um partido de massas, na medida em que o senhor mesmo afirma na entrevista concedida à *Teoria e Debate* que concorda com diversas posições de Gramsci<sup>40</sup> e de outros autores, que tentam apostar numa via de transição de massas sem negar, no caso, uma ruptura revolucionária<sup>41</sup>?

GORENDER – Gramsci foi mal interpretado.

ARRABALDES – Embora o senhor critique a leitura 'eurocomunista' de Gramsci.

GORENDER – É claro! Acho que ele nunca se afastou da idéia de ruptura revolucionária. Coerção significa violência revolucionária, no caso. Quanto à questão do partido de massas, considero que a tese do partido único está superada. Isso já teve a sua vigência: foi uma imposição da III Internacional<sup>42</sup>, de Stalin, a transposição do modelo russo para todo o mundo.

ARRABALDES – Essas frações que surgem são bastante tributárias da III Internacional, porque todas elas, em grande medida, se consideravam o desaguadouro do processo revolucionário: "todas as correntes desaguam na minha corrente".

GORENDER – Sem dúvida! Acredito que ainda exista quem se julgue ungido como partido único, considerando os outros prontos para serem devorados no momento oportuno. Atualmente há também muitas siglas. Mas não importa! Podemos chegar à revolução com trinta siglas. Na verdade, quando houver grandes movimentos de massas, tais movimentos se agruparão em torno de poucas siglas. As esquerdas no Brasil não se recuperaram das derrotas desses últimos vinte e poucos anos: a derrota de 64, a derrota da luta armada e toda a compressão exercida pelo regime militar. Elas ainda estão em posição de inferioridade, mas podem acertar o passo e ganhar grande espaço e prestígio nesse processo em que o país se encontra. A burguesia entrou num atoleiro, defronta-se com problemas que a apavora. Ela criou este governo que faliu do ponto de vista político e moral e não tem capacidade para enfrentar os problemas do caos financeiro que se espalhou pelo país – com uma perspectiva de hiperinflação. Nessas condições, é importante que, finalmente, se consiga aquilo de que Lenin falava: a síntese entre a teoria revolucionária e o movimento de massas: entre a perspectiva do socialismo e o movimento de massas.

ARRABALDES – Qual partido que o senhor considera que tenha capacidade e condições de capitalizar esses setores de massa, com a perspectiva de um partido socialista de massas, atualmente no Brasil?

GORENDER – Sem dúvida alguma, na esquerda, é o PT<sup>43</sup>. É evidente que vocês podem contestar, fazer objeções, porque no Rio de Janeiro o PT não tem a expressão de que dispõe aqui em São Paulo: nas últimas eleições nacionais, o PT conseguiu deixar de ser um partido quase somente paulista, adquiriu ex-

pressão no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em alguns outros pontos do país. Acredito que ele vai avançar nessas próximas eleições municipais, conquistando algumas prefeituras importantes e obtendo votações expressivas em outras cidades.

ARRABALDES – Nesse quadro político-partidário, como o senhor vê o papel dos partidos comunistas?

GORENDER – Um papel residual. Eles são o resíduo do que foi o antigo PCB, que era, antes de 64, um partido forte. Sem dúvida, eles ainda têm um papel no quadro político: tradição, militantes abnegados, a perspectiva do socialismo, quadros experientes, atuação nos sindicatos e nos meios camponeses. Contudo, na minha opinião, não tem um futuro de desenvolvimento expressivo, mas um papel marginal.

ARRABALDES – O senhor não acha que, em grande medida, a esquerda brasileira ainda combate nas trevas? No sentido de sua relação tanto das direções com as bases, quanto do partido com as massas.

GORENDER – Aí não seriam trevas! As trevas a que me refiro no meu último livro são muito especiais. Pode-se dizer que a esquerda, hoje, trabalha na ignorância teórica, nas trevas da ignorância teórica – o que é outra coisa. Continua o desconhecimento da realidade concreta. Teoricamente, estamos atrasados. Ainda há não pouco o que fazer para se criar um teoria da sociedade brasileira compatível com a perspectiva socialista.

ARRABALDES – Mas, apesar de tudo, o senhor ainda acredita na esquerda brasileira.

GORENDER – Penso que haverá um desenvolvimento político que será obra dos homens, não uma fatalidade. A geração à qual pertencço percorreu um longo caminho e errou muito. Existe uma nova geração, novos problemas. Esta nova formação que aí está, este novo espectro da esquerda fará o seu caminho. Não quero aqui prefigurar se terão ou não maior êxito do que nós. Eu desejo, sinceramente, que tenham maior êxito.

ARRABALDES – Como o senhor vê a proposta da ARRABALDES, em termos de divulgação, de ampliação do espaço democrático, de debate da história no âmbito dos formadores, como os professores de 1º e 2º graus e dos estudantes universitários de escolas públicas e privadas?

GORENDER – Só tenho aplausos a todas as iniciativas desse tipo. Nosso país é pobre em revistas, em vias de acesso para muita gente que deseja e merece ser publicada. O campo de publicações, os grandes jornais, as editoras são vias às quais poucos têm acesso. Além disso, há trabalhos que não comportam publicação na grande imprensa e em forma de livros. São trabalhos realmente para serem editados em revistas. No caso de revista de história, gostaria de acrescentar que vejo a história como ciência da revolução e também componente fundamental na construção do universo ideológico. Todos nós, qualquer que seja o grau de cultura, temos uma visão da história do país ao qual pertencemos. Essa visão da história nos é inculcada desde a escola primária através das aulas, de comemorações, de feriados, do culto aos heróis, aos símbolos nacionais, etc. Sendo um componente de nosso universo ideológico a história é muitíssimo importante. Cabe aí citar uma frase riscada da *Ideologia alemã*: "Nós só conhecemos uma única ciência, a ciência da história"<sup>44</sup>. Na verdade, todas as ciências sociais desaguam na história. Acho que é um bom final de entrevista.

NOTAS:

- 1 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ed. Ática, 1976.
- 2 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo. Ed. Ática, 1987.
- 3 PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1966.
- 4 Universidade de Campinas.
- 5 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. "Severo Martínez Peláez y el carácter del régimen colonial", "Sobre los modos de producción coloniales de América", "El modo de producción esclavista colonial en América" In: CARAVAGLIA, Juan Carlos (org.), *Modos de producción en América Latina*, Cuadernos de Pasado y Presente. Córdoba, nº 40, maio 1973.
- 6 Para uma abordagem preliminar destas correntes historiográficas ver: LAPA, José R. do Amaral. "Introdução ao redimensionamento do debate". In: LAPA, José R. do Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.
- 7 NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1770-1808)*. 2 ed. São Paulo, Ed. Hucitec, 1981. A tese foi defendida em 1973 na Universidade de São Paulo (USP).
- 8 NOVAIS, Fernando A. "Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séc. XVI-XVIII)". *Cadernos CEBRAP*, 1974, nº 17. Este artigo constitui-se no segundo capítulo de sua tese.
- 9 "Escola de pensamento que procura explicar as causas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômicos. [...] a característica distintiva da produção de todos os teóricos da dependência é que todos tratam o desenvolvimento social e econômico dos países subdesenvolvidos como se fosse condicionado por forças externas a saber, a dominação desses países por outros mais poderosos. Isso leva os teóricos da dependência a adotarem uma abordagem circuncionista, ao postularem que o subdesenvolvimento pode ser explicado em termos de relações de dominação na troca, quase que com a exclusão de uma análise das forças produtivas e relações de produção". BOTTOMORE, Tom (org) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988. (Verbetes 'teoria da dependência').
- 10 Para uma análise crítica da concepção de Novais ver: CARDOSO, C.F.S. "As concepções acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial'; a preocupação excessiva com a 'Extração do Excedente'" In: LAPA, José R. do Amaral (org.) *op. cit.*
- 11 Robert William FOGEL & Stanley L. ENGERMAN.
- 12 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª edição revista e ampliada. São Paulo, Ed. Ática, 1985.
- 13 RANGEL, Ignácio. "Dualidade e escravismo colonial". *Encontro com a Civilização Brasileira*, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 79-92.
- 14 Para uma crítica à questão da 'dualidade básica' ver: LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. Combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 55-72.
- 15 RANGEL, Ignácio. "A história da dualidade brasileira". *Revista de Economia Política*. São Paulo. 1 (4): 5-34, jan./mar., 1981.
- 16 ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.
- 17 Para uma visão crítica destes autores ver: THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1981; COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- 18 GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll*. The world the slaves made. Nova York, Pantheon Books, 1974. A edição brasileira pela Paz e Terra se encontra no prelo.
- 19 COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979; LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo, IPE, 1981; GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba. 1850-1888*. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1979; ALMADA, Vilma Paraíba Ferreira de. *Escravidão e transição. O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio, Graal, 1984; DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Escravidão negra em São Paulo*. Rio de Janeiro, INL, 1977; MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caxias do Sul, EDUCS, 1984; FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O negro e a violência do branco. O negro em Sergipe*. Rio de Janeiro, José Álvaro Ed., 1977; MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982; entre outros: COUTY, Louis. *L'Esclavage au Brésil*. Paris, Librairie Guillaumin et Cie. 1881; SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. de J. Ville-neuve, 1860. (Reeditado pelo IPEA em 1977).
- 20 CARDOSO, C.F.S. *La Guyane Française (1715-1817): aspects économiques et sociaux - contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*. (tese de 3º ciclo). Paris, Universidade de Paris, 1971 (mimeo.)
- 21 CARDOSO, C.F.S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 22 CARDOSO, Ciro F.S. *Escravo ou camponês? o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- 23 GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". *Estudos Econômicos*. v. 13, nº 1. São Paulo, IPE-USP, 1983.
- 24 LINHARES, Maria Y. & SILVA, Francisco C. T. da. *op. cit.* p. 116-117.
- 25 Cf. CARDOSO, C.F.S. *Escravo ou Camponês?* p. 120; GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial", p. 18.
- 26 Cf. CARDOSO, *Escravo ou camponês?* p. 120-124.
- 27 Sobre o conceito de modo de produção subordinado ver: MARX, Karl. *O Capital (livro I, capítulo VI - inédito)*. São Paulo, LECH, 1978.
- 28 GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1987.
- 29 "[...] a dominação do modo de produção escravista colonial foi seguida pela dominação do modo de produção capitalista sob uma forma primitiva de prevalência do setor agrário-exportador no conjunto da economia". *Ibid.*, p. 9 (prefácio).
- 30 Para uma análise da Escola Paulista ver: CARDOSO, C.F.S. "Sociólogos nos domínios de Clio". *Tempo e sociedade*, Niterói, 1 (1): 64-104, jan./jun. 1982.
- 31 SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo, Ed. Obelisco, 1965; entre outros trabalhos: BOXER, C.R. *A idade de ouro no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969; STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961.

- 32 MARX, Karl & ENGELS, F. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Ed. Abril, 1982.
- 33 Cf. GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 6 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 112.
- 34 Cf. ARRUDA, José J. de Andrade. *Revolução industrial e capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 31.
- 35 Para uma crítica a esta tese ver: ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 16-18.
- 36 Cf. "Sobre a questão da democracia". *Teoria e Política*. São Paulo, 2 (5/6): 35-39, 1984.
- 37 Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.
- 38 Antônio Gramsci (1891-1937) *Apud* LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 9.
- 39 Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de 1961 a 1971. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1985.
- 40 Para uma análise de sua vida e obra ver: COUTINHO, C. Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre, L&PM, 1981.
- 41 Para uma discussão acerca do desenvolvimento da teoria marxista da transição revolucionária ver: COUTINHO, C. Nelson. *A dualidade de poderes*. Introdução à teoria marxista de estado e revolução. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 42 A III Internacional (comunista), denominada Comintern, foi fundada em 1919 por iniciativa dos bolcheviques e dissolvida em 1943 por proposta de seu Presidium. Cf. BOTTOMORE, Tom (org.) *op. cit.* p. 197-198; INSTITUTO DO MARXISMO-LENINISMO. *A Internacional comunista*. Lisboa, Edições Avante, 3 vols., 1976/77.
- 43 Partido dos Trabalhadores.
- 44 MARX, Karl & ENGELS, F. *A ideologia alemã* (I-Feuerbach). 6 ed. São Paulo, Ed. Hucitec, 1987, p. 23 (nota de rodapé). Tradução incompleta. A primeira edição completa em português é de 1980 pela Martins Fontes e Presença.